

Adivinhem quem pagará a conta...

Ricardo Noblat

O deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), relator da Comissão de Orçamento do Congresso, ouviu poucas e boas do general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército. Em telefonema dado no meio da manhã passada, o general disse ao deputado que não admitiria, em hipótese alguma, novos cortes nas verbas destinadas às Forças Armadas no Orçamento da União para 1989. Os cortes comprometeriam o reaparelhamento das três armas.



Na segunda versão do orçamento remetido pelo governo ao Congresso, todos os ministérios sofreram, igualmente, um baque de 20% nas dotações previstas na primeira versão. As Forças Armadas perderiam, com isso, algo em torno de 63 bilhões de cruzados, além de outros 5 bilhões reservados para a Assessoria de Defesa Nacional. Carvalho e seus pares da comissão tentam reparar as perdas dos militares em reuniões neste final de semana.

“Em política, nada acontece por acaso”, ensinou, certa vez, o presidente Tancredo Neves. Não deve ter sido por acaso que o Orçamento da União para o próximo ano foi aprovado pelo Congresso nas estranhas condições registradas na última sexta-feira. Àquela altura, ele já fora debatido, emendado e rediscutido, longamente, no âmbito da Comissão de Orçamento. No plenário, em sessões especiais, quem quis debatê-lo, o fez.

Para sua votação final, havia uma única emenda que reunira o número regimental de assinaturas que lhe asseguraria o direito de ser examinada. De autoria do deputado José Serra (PSDB-SP), a emenda diminuía o montante de recursos destinados à construção da ferrovia Norte-Sul. Serra alardeou que contava com votos suficientes para aprová-la. Os empreiteiros interessados na obra se movimentaram, intensamente, na quinta e na sexta-feira.

Dezenas de deputados e senadores receberam inúmeros telefonemas de empreiteiros pedindo para que não votassem ou para que votassem contra a emenda de Serra. Nas duas versões do orçamento despachadas para o Congresso, o governo fixou em 80 milhões de dólares a verba a ser gasta com a estrada dos sonhos do presidente da

República. O maranhense Cid Carvalho ampliou esse teto para 108 milhões de dólares.

O orçamento acabou aprovado durante uma sessão de menos de 7 minutos e que juntou em plenário 36 desatentos deputados. Ninguém se deu conta do que tinha sido posto em votação — salvo o senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC), que presidiu a sessão, e o relator Carvalho, que permaneceu todo o tempo ao lado dele. Indignado, um deputado quis pedir verificação de quorum depois que o orçamento fôra considerado aprovado na Câmara.

Não conseguiu — afinal, de acordo com o regimento, a votação já estava encerrada na órbita da Câmara. Em seguida, a orçamento seria submetido ao crivo dos senadores. Só um deles poderia pedir verificação de quorum. Não houve pedido algum porque não havia, no plenário, um único senador, à exceção do que presidia a sessão. O presidente do Senado, Humberto Lucena, só chegaria dali a alguns minutos. Tarde demais.

Foi um vexame — mas não foi o primeiro, nem será o último em um Congresso que já registrou a presença de deputados que estavam ausentes, retidos nos seus Estados, e que já considerou como válidos votos que foram, claramente, fraudados. Nos 22 anos de autoritarismo explícito, o Orçamento da União foi uma peça elaborada a portas fechadas por algumas dezenas de técnicos que obedeciam a ordens do alto. O fisiologismo político tinha seu espaço.

Prevalencia, contudo, uma preocupação maior com os chamados objetivos nacionais — e disso resultaram algumas obras importantes para o desenvolvimento do país. Polêmicas, discutíveis, mas importantes. O fisiologismo de deputados, senadores e governadores ditou as mudanças operadas pelo Congresso no orçamento proposto pelo governo — que, por sinal, estava repleto de defeitos e de metas irreais. O governo trabalhou mal quando fez o orçamento. O Congresso trabalhou pior quando o aprovou do jeito que quis.

Sarney e os empreiteiros ganharam a viabilização da ferrovia Norte-Sul. Ela será a única obra de porte iniciada pela atual administração federal. Algumas construtoras estão salvas da falência. Deputados e senadores ganharam recursos que animarão seus burgos e que poderão lhes garantir a reeleição. Os governadores ganharam porque perderam menos do que esperavam com o que ficou estipulado como pagamento das dívidas em dólares dos Estados.

Ao cabo de tantos ganhos assinalados, imaginem quem pagará a conta...

CRNAL DO BRASIL